**19.02.2025**

**D.O CIDADE DE SÃO PAULO**

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**Documento: 119832043 | Portaria**

PORTARIA SMDET 12, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025

DESIGNA SERVIDOR EM SUBSTITUIÇÃO.

LEONARDO WILLIAM CASAL SANTOS, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor CAIO SILVEIRA, RF 850.292.7/3, Assessor II, CDA-2, comissionado, para exercer o cargo de Diretor I, CDA-4, provimento definido por meio dos critérios gerais estabelecidos na Lei nº. 17.708/2021, do Departamento de Qualificação Profissional - DQP, da Coordenadoria do Trabalho - CT, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, em substituição ao servidor RODRIGO DE MORAES GALANTE, RF 809.698.8/5, Diretor I, CDA-4,

comissionado, durante o impedimento legal, por motivo de férias, excepcionalmente, no período de 15/02/2025 a 01/03/2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

**Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania**

**COMITÊ INTERSETORIA DE POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

**Documento: 119860253 | Extrato de Ata**

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

ATA DA 124° REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POP RUA

REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 13H30.

Pautas: 1. Fechamento do hospital da Bela Vista, 2. Projeto de Lei do Programa reencontro. Endereço: Rua Libero Badaró, 119, Sé, São Paulo - SP 0100 8-000 (Próximo do Metrô Anhangabaú), e, 3. Repasse da SMADS para os serviços, e o fechamento de alguns serviços (casa franciscana por exemplo)

Participantes Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Fernanda (SMDHC); Aline Fernanda (SMADS), Luciano Santos Araujo (SMSUB), Alex Ribeiro (SMDET), Maria Lucia de Oliveira (SMDET)

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Gisele Abreu

Participantes Organização Social: Mabel Andrade Garcia (EAB), Beatriz Clemente (Fórum da Cidade), Cleiton Ferreira (É de Lei)

A reunião teve início às 14h11, com a presidência do senhor Alcyr, que apresentou o Comitê PopRua e explicou as pautas que seriam discutidas ao longo do encontro. A

coordenação iniciou com a apresentação do modelo da reunião, assim como, as regras do espaço. Seguiu-se a explicação sobre o Comitê PopRua e o respectivo decreto, com

a leitura de cada inciso da legislação. Foi abordado também como o Comitê se manifesta legalmente, esclarecendo que a manifestação ocorre por meio de moções,

requerimentos solicitando informações ou notas públicas. A coordenação destacou que seu objetivo principal é organizar a reunião.

Na sequência, foi realizada a apresentação do manual de boas práticas, esclarecendo o procedimento a ser seguido em caso de desrespeito às regras do Comitê, incluindo

como as denúncias são feitas. Além disso, foi questionado se o Governo também pode ser sancionado diante de tais infrações.

Logo após apresentação iniciam-se falas abertas para denúncias.

Castor relatou ser brasileiro e expressou seu desejo de garantir os direitos das pessoas em situação de rua, mencionando especificamente as dificuldades enfrentadas por

pessoas amputadas, idosas e aquelas que dormem nas ruas, expostas à chuva e ao frio. Destacou que a sociedade civil tem o direito de reivindicar essas questões,

questionando a ausência de um banheiro público e observando que nenhum morador de calçada estava presente no comitê. Também enfatizou a importância da presença do

jornalismo na reunião, afirmando que a mídia deve dar mais espaço para o Brasil e para os brasileiros, em vez de priorizar os Estados Unidos. Além disso, Castor deixou

claro que não é dependente de drogas ou álcool, pois se encontra consciente. Criticou as regras do manual de boas práticas, sugerindo que elas foram elaboradas com a

intenção de silenciar a população em situação de rua. Finalizou seu discurso afirmando que o brasileiro precisa de emprego, moradia e de se livrar da enganação e da

hipocrisia. Relata que o brasileiro precisa de seus direitos garantidos, e, que já está nessa luta há 20 anos.

Alexandre compartilhou sua experiência sobre a luta para conseguir uma vaga na Vila Reencontro, informando que conseguiu uma vaga na Vila Cruzeiro do Sul. No entanto,

destacou que o processo continua sendo extremamente difícil e burocrático. Relatou que as empresas precisam se deslocar até o local para desenvolverem projetos e

iniciativas com o objetivo de retirar as pessoas da situação de rua, apontando a complexidade e os obstáculos envolvidos nesse processo. Ressaltou que é necessário que as

empresas se desloquem até o local para oferecer oportunidades de emprego, mencionando que muitos moradores permanecem nas vilas e parece que não conseguem sair. Ele

expressou seu desejo de conseguir sair desse sistema, pois está cansado das dificuldades enfrentadas.

Maria Edilaine realizou a leitura de uma carta na qual relatou estar sendo desrespeitada por Edivaldo, mencionando que, desde que procurou ajuda através do Comitê Pop

Rua, tem sido ignorada. Informou que Edivaldo teria criado mentiras a seu respeito, o que levou ao seu desligamento do Programa Operação Trabalho (POT), ainda afirma

que por conta dessas mentiras ela não pode mais se inscrever no programa. Maria destacou que já abordou essa situação em três reuniões anteriores e procurou respostas, mas não obteve retorno. Ela questionou quantas vezes precisaria repetir o mesmo relato e pediu que o Comitê tomasse providências, ressaltando que as mães em situação de

rua precisam ser ouvidas e não esquecidas, a fim de evitar que as violências se repitam.

Alex relatou que, na última reunião, houve uma tentativa de sobrepor pautas, além de um relato de que eles foram considerados agressivos, mas que, na verdade, houve uma

agressão em uma reunião anterior que não foi verbalizada adequadamente. Ele também mencionou uma articulação para proibir que ele e outros se expressassem, o que ele

considerou uma atitude agressiva. Alex informou que tem ocorrido reuniões nas quais a população em situação de rua não foi convidada, destacando que eles possuem e- mail e pedindo que sejam avisados sobre as reuniões para que possam participar. Comparou essa exclusão ao comportamento de Edivaldo, afirmando que o que ele fez está

guardado. Ele questionou o motivo pelo qual as pessoas humildes estão sendo colocadas umas contra as outras.

Alex ainda mencionou que, no dia da reunião no "Chá do Padre" para votação da PL 247, houve uma festa nesse evento e se dirigiu a Bia Clemente (da mesa diretora),

questionando se a população foi convidada para participar. Informou que Luana votou a favor, junto com Ricardo Nunes, e que apenas quatro pessoas votaram contra, sendo

essas do PSOL. Ele afirmou que, por esse motivo, não escolhe lados, pois enquanto a população vulnerável segue sendo negligenciada, a polarização continua. Também

destacou que a ata da reunião não registrou as denúncias feitas, mencionando que foi desligado da reunião online. Criticou a existência de uma "panelinha" dentro do comitê

e pediu que essa prática fosse encerrada.

Por fim, Alex solicitou que seu relato fosse registrado e constasse em Ata, ressaltando que, na reunião anterior, só constavam ataques contra eles e não as denúncias que

haviam sido feitas.

Paulo destacou que as demandas continuam as mesmas, ano após ano, e que chegou o momento de discutir as tendas de inverno. Ele afirmou que, apesar de a esquerda

ajudar um pouco mais que a direita, é necessário avaliar como foram as tendas de inverno do ano passado, já que muitas pessoas estão sofrendo com a chuva.

Relatou que já havia solicitado anteriormente a instalação de uma tenda de inverno na Praça da Árvore, próxima ao Bairro Saúde, como uma medida urgente para atender a

essa necessidade.

Paulo também informou sobre a plenária do centro, marcada para o dia 05 de março, na Galeria Olido, para discutir questões relacionadas à habitação. O início da

conferência da cidade está previsto para as 8h.

Jenneferly relatou sobre as violências que a população em situação de rua tem sofrido, destacando que tanto a Vila de Reencontro quanto a locação social não oferecem

autonomia, comparando-as a um albergue. Ela enfatizou que é necessário mudar essa realidade. Informou que faz das palavras de Castor as suas, destacando que as pessoas

em situação de calçada são vistas e bem escutadas, independentemente de serem dependentes ou estarem em uso de álcool. Ela mencionou a falta de oportunidades de POT

para essas pessoas, que, mesmo enfrentando cobranças, acabam sendo presas a um ciclo vicioso. Jenneferly ressaltou que, para oferecer moradia, é preciso preparar as

pessoas para a vida no novo espaço, sem acreditar que, só porque estão no auxílio Reencontro, elas já estão prontas. Para ela, não se trata apenas de uma demanda de vagas

ou de simplesmente deslocar as pessoas para outros locais.

Ela ainda afirmou que o Comitê não é qualquer coisa e que ele deve ser visto como a porta de entrada para os serviços disponíveis. Por fim, Jenneferly sugeriu que fosse

realizada uma maior supervisão das pessoas em situação de rua, como forma de proporcionar um acompanhamento mais adequado.

Lucy relatou que está no Programa Auxílio Reencontro há 8 meses e que os técnicos do serviço estão constantemente na porta de sua casa. Ela questionou como funciona

esse acompanhamento, pois tem uma rotina de idas ao médico, estudo e fisioterapia, e todos os dias algum técnico vai até sua residência. Perguntou também se é necessário

que as visitas aconteçam a cada 15 dias.

A coordenação (Alcyr) respondeu que existe uma previsão legal para o acompanhamento, o qual deve seguir uma periodicidade específica.

Lucy então expressou sua frustração, comparando a presença constante dos técnicos a "urubus em cima de carniça", mencionou que precisa fazer suas próprias atividades e

que os técnicos ligam o tempo todo querendo visitá-la.

Alcyr explicou que as visitas devem ocorrer durante os 2 anos e orientou que ela deve continuar com suas atividades, como o curso e a fisioterapia, sem deixar que as visitas

interfiram nesse processo. Foi sugerido a Lucy que fizesse uma denúncia na ODH (Ouvidoria dos Direitos Humanos), e Lucy perguntou sobre a moradia, buscando

esclarecimentos a esse respeito.

Fabrício relatou que os equipamentos destinados à população em situação de rua não são mais do que depósitos de seres humanos e que a Pop Rua merece, acima de tudo,

emprego, moradia e condições dignas de vida. Ele destacou que falar sobre Direitos Humanos é fácil, mas ele gostaria de ver as pessoas realmente tendo seus direitos

respeitados e garantidos.

Fabrício também expressou seu desejo de ver o Prefeito Ricardo Nunes deitado nas camas dos equipamentos, questionando como seria sua vivência nas condições de quem

está em situação de rua. Ele afirmou que a maioria dos gerentes de albergue deveria ser responsabilizada, chegando a considerar que muitos desses gerentes são criminosos. Além disso, fez uma reclamação sobre a alimentação fornecida nos albergues, mencionando que está sendo servido, cotidianamente, carne de porco e frango. Ele questionou

o Prefeito sobre como seria sua alimentação, sugerindo que ele experimentasse as condições alimentícias enfrentadas pela população em situação de rua. Por fim, pediu uma

fiscalização mais rigorosa, ressaltando que a população em situação de rua merece ser tratada com empatia, pois são seres humanos.

Roseli falou sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, especialmente as idosas, que não têm um serviço específico de atendimento, ainda em Vilas Reencontro e

hotéis. Ela destacou a falta de atenção e apoio adequados para esse grupo, que precisa de cuidados especiais.

Ela solicitou que a direção do POT fosse convocada para dar respostas, pois há pedidos para o aumento do número de POT’s, já que muitos estão terminando, e sabe-se que

em fevereiro surgirá uma nova demanda. Roseli também expressou interesse em saber mais sobre o POT Cultura, destacando a necessidade de geração de renda e trabalho

para a população em situação de rua. Ela enfatizou que a única forma de garantir uma saída digna para essas pessoas é proporcionar autonomia por meio da geração de renda.

Roseli ressaltou que não adianta ter equipamentos e não oferecer nada dentro desses locais, questionando a real utilidade desses espaços se não há recursos ou estrutura para

atender as necessidades da população.

Se dirigiu à SMADS e questionou sobre o edital de doações de móveis, pedindo esclarecimentos sobre as pessoas que estão acessando moradia e como elas irão viver, já

que, dentro dos equipamentos, só terão seus pertences pessoais, sem mobília ou condições adequadas.

Por fim, ela pediu que o POT estivesse presente nas discussões para abordar as especificidades da Pop Rua e garantir que as necessidades dessa população sejam

devidamente atendidas.

Otávio Silva (Rede Rua) trabalha na chapelaria social Irmã Alberta e está vinculado ao PAR (Programa de Apoio a Rua) junto ao Ministério de Direitos Humanos e tem

funcionado no Brás.

Ele traz duas menções de denúncia e repúdio. A primeira está relacionada à Secretaria de Trabalho na zona leste, especificamente ao Instituto Vista, que gerencia o

Programa de Oportunidade de Trabalho (POT). Otávio informa que, embora exista uma prerrogativa prevista em lei sobre o desligamento no POT, esse processo é realizado

de forma muito violenta. Ele menciona que uma pessoa presente, que participa do POT, vinha solicitando uma transferência para melhor alocação. No entanto, ao ser

chamada pelo Instituto Vista, essa pessoa acreditava que a transferência estava acontecendo, mas, na verdade, ocorreu um desligamento. Para alguém que paga aluguel e

estava se organizando para procurar um emprego em um mês e meio, essa situação é extremamente difícil.

Otávio solicita ao comitê que convoque o Instituto Vista para que, enquanto entidade gestora, seja transparente e estabeleça um fluxo de comunicação com as pessoas

ligadas ao POT.

Outro ponto crítico que Otávio relata é sobre o SEAS. Usando o nome de Maria, ele menciona que ela buscou ajuda após ter sofrido violência física e psicológica. Maria foi

acolhida em um serviço de qualidade insatisfatória e decidiu sair, pedindo para vir para a região central. Ela seguiu o fluxo estabelecido e entrou em contato com o número

156, abrindo um chamado para acolhimento. Por volta das 14h, uma equipe do SEAS foi até o espaço de chapelaria, onde Maria aguardou na calçada, já que não era

permitido esperar dentro do serviço. Caso ela saísse, perderia a vaga juntamente com seu filho. Às 18h30, a equipe da Rede Rua retornou ao SEAS e descobriu que o

chamado havia sido encerrado. Ao acionar o 156 novamente, e após duas horas, Maria foi informada de que não havia vagas no serviço, o que é um absurdo para um serviço

que deveria funcionar na cidade. Otávio ressalta que Maria não enfrenta apenas a insegurança de estar em situação de rua, mas também lida com questões relacionadas ao

seu filho. A ausência de apoio agrava ainda mais a situação. Orientada pela equipe do SEAS, Maria fez mais um pedido de vaga, mas, após mais duas horas, recebeu a

informação de que o pedido havia sido indeferido.

Otávio conclui que não é viável implementar um serviço que não funcione adequadamente na cidade.

Gisele fala sobre acolhimento digno e informa que os relatórios são mentirosos e que em sua maioria, pessoas que usam do serviço não sabem do porquê foram transferidos,

questiona onde está o atendimento humanizado.

Pede que seja realizada a fiscalização não apenas dos serviços, mas também de seus funcionários, pois ela possui seis boletins de ocorrência, todos registrados pela assistente

social. Ela enfatiza que a fiscalização é importante, uma vez que a maioria das pessoas não sabe nem porque estão sendo excluídas dos serviços. Gisele relata que o que

ocorre dentro dos serviços é muito violento; por exemplo, se alguém reclama da alimentação, isso pode ser motivo para desligamento, questionando onde está a autonomia e

a dignidade na moradia.

Ela destaca que muitos funcionários apenas apontam os dedos para os usuários e sugere que deveria haver um sistema similar ao do Programa de Oportunidade de Trabalho

(POT), onde as denúncias contra funcionários também possam ser realizadas, oferecendo oportunidades para as pessoas. Gisele conclui que, para que as mães possam cuidar

de seus filhos, é fundamental que mais mães tenham acesso ao POT.

Alcyr informa que terá a pausa para o kit lanche e no retorno será discutido a pauta da reunião.

As 15h30 retoma a reunião, Alcyr informa que conselheiros decidiram que a reunião seguirá no auditório e não de forma híbrida. Alex questiona sobre as pautas e que

existem outras pautas anteriores que não foram discutidas. Alcyr pede questão de ordem e informa que as pautas não foram repetidas e caso ele queira colocar outras pautas,

ele pode fazer.

Giordana questiona sobre pauta, e também, sobre os conselheiros e suplentes que não estão comparecendo, para que sejam substituídos.

Alcyr informa que já estão trabalhando para a troca de portaria e mandaram processos para as secretarias para encaminhar os representantes deles. E quando publicar a

portaria já ter essa atualização.

Alcyr informa sobre a votação da pauta de composição de subcomites e votam para que seja pauta é excluída.

Conselheira Mabel sugere pauta de Precarização de serviços.

Gisele solicitou a palavra e levantou questões sobre a pauta da última reunião, mencionando também a mesa coordenadora, observando que esta não havia comprovado que

estava em situação de rua, sendo necessário essa comprovação. Ela questionou o que é necessário apresentar, mesmo quando a pessoa se apresenta como representante de

uma organização ou como pessoa civil. Gisele destacou que todas as reuniões devem ser centradas na Casa Franciscana.

Alcyr pediu a palavra para levantar uma questão de ordem

Alex, em seguida, comentou sobre Bia, do Fórum da Cidade, argumentando que, embora ela afirme representar a rua, não o faz, nem fala em nome da população em situação

de rua.

Alcyr solicitou que Alex colaborasse para o andamento da reunião, alertando que, caso contrário, tomaria medidas com os conselheiros e seguiria com a reunião em uma sala

reservada, apresentando somente em telão para sociedade civil.

Alex respondeu que não concordariam com tal decisão, fazendo uma analogia com a ditadura.

Bia, então, pediu a palavra para responder a Alex, questionando por que ele acreditava que ela não representava a rua.

Alex respondeu que isso se devia ao fato de ela conhecer as demandas, mas se concentrar exclusivamente na questão do "chá do padre".

Bia, por sua vez, se defendeu, alegando que não havia se manifestado durante a reunião.

Alcyr, então, solicitou que Alex permitisse o andamento da reunião e pediu para que a democracia fosse respeitada, enfatizando a necessidade de seguir com o processo de

forma ordenada.

Castor, por sua vez, sugeriu que a nova secretária, Regina, fosse convidada a conhecer a população para compreender melhor como lidar com as denúncias apresentadas.

Alcyr prosseguiu informando as pautas da reunião, incluindo o CPD (Centro de Promoção e Defesa da População em Situação de Rua).

Mabel, então, relatou sua preocupação com a precarização dos serviços e a ausência da SMADS na região da Liberdade.

Alex fez uma observação, mencionando que há três reuniões em que existem denúncias que aguardam retorno e alertou sobre a tentativa de sobrepor novas pautas sem que

os pendentes sejam resolvidos.

Giodarna, por sua vez, informou que alguns conselheiros e suplentes não estavam comparecendo às reuniões e questionou sobre a possível substituição desses membros.

Alcyr respondeu que estavam trabalhando para republicar a portaria relacionada a isso, como havia dito o início desta reunião.

Gisele indicou que não conseguiu entender as pautas discutidas e os decretos mencionados.

Alcyr então esclareceu que, caso houvesse dúvidas sobre a ata, estas poderiam ser encaminhadas por e-mail para correções antes de sua publicação no Diário Oficial. Em

seguida, ele apresentou a pauta do CPD, destacando sua importância. A reunião prosseguiu com uma apresentação sobre a Lei 17.252, que sistematiza as políticas para a

população em situação de rua, enfocando o Centro de Promoção e Defesa da População de Rua (CPD).

Após a apresentação, a reunião foi aberta para as manifestações dos participantes.

Cleiton Ferreira (conhecido como Dentinho, do movimento "É DE LEI") iniciou sua fala destacando a importância do CPD para a população. Enfatizou que essa iniciativa é

fundamental, especialmente ao se considerar as denúncias e a articulação das redes. Cleiton destacou que, na prática, a redução de danos envolve vários fatores, e que

diversos equipamentos devem priorizar a escuta e o acolhimento da população em situação de rua, sem a prática de preconceitos. Ele também mencionou que, quando se fala

em mediação, muitos trabalhadores não estão devidamente preparados e acabam levando o trabalho para o lado pessoal, esquecendo-se do aspecto essencial, que é o cuidado

com a população de rua. Segundo Cleiton, é crucial que os trabalhadores compreendam essa responsabilidade.

Adicionalmente, Cleiton afirmou que garantir os direitos dessa população envolve permitir que as pessoas possam ocupar outros espaços, como Sesc’s, museus, entre outros. Cleiton finalizou sua fala ressaltando que, dentro da perspectiva da redução de danos, a escuta ativa e a compreensão da amplitude desse processo são indispensáveis,

considerando o crescimento alarmante da população em situação de rua. Ele destacou que a capacitação dos profissionais que atuam nesse campo é de suma importância.

Gisele relata que o serviço “novo CPD” deve funcionar 24h em carater de urgência, pois muitos ficam em situação de calçada. E, informa também que um serviço joga para

outro e se houvesse um local 24h com uma cama, colchão ou atendimento de qualidade tem quase certeza que melhoria e muito o tratado e informa que é isso que ela deseja.

Castor relata que será repetitivo e que ele não está de graça e que deveria aumentar o tempo de fala para a pop rua para 5 minutos e que precisar trazer a população de

calçada para compor o comitê. Tem de avisar a mesa e às coordenadoras e quem elaborou essa lei e que as pessoas que moram na calçada não têm e-mail e que as atas

devem ser lidas no comitê, porque uma formiga não faz formigueiro e que precisam de muitas formigas. E destaca que o que ele citou fossem respeitados e modificados.

Paulo relatou que existem diversas opiniões sobre o assunto e destacou que considera o fluxo de atendimento 24 horas muito pesado. Ele sugeriu que, ao invés de manter um

serviço contínuo durante todo o ano, poderiam ser estabelecidas tendas de inverno que representem as instituições, considerando as diferentes épocas do ano, como o

inverno e períodos de fortes chuvas, para garantir que o serviço seja 24 horas em situações específicas. Paulo propôs ainda a ideia de pensar em espaços com centros de

referência em redução de danos e sugeriu que as denúncias sejam encaminhadas ao Ministério dos Direitos Humanos. Ele também mencionou a necessidade de criar um

canal específico para realizar e acompanhar as denúncias feitas à Guarda Civil Metropolitana (GCM).

Roberta falou sobre o CPD, afirmando que para conseguir estruturá-lo de forma eficiente, seria necessário desenvolver rotas específicas de atendimento, para garantir uma maior eficácia no atendimento à população em situação de rua.

Aglai levantou a questão de abrir um precedente para que as denúncias possam ser feitas de forma anônima, embora fosse necessário que as denúncias apresentassem provas. Ela sugeriu ainda que as atas das reuniões sejam encaminhadas para os serviços da prefeitura, para que a população em situação de rua possa ter acesso e realizar a leitura

das informações, garantindo maior conhecimento e transparência.

Jenneferly compartilhou sua opinião sobre a proposta de atendimento 24 horas, considerando-a uma ideia interessante, mas ressaltando que, para trabalhar com o

atendimento ao público em geral, já é desafiador, e com a população em situação de rua, esse trabalho se torna ainda mais difícil. Ela apontou que a sociedade muitas vezes

rotula as pessoas em situação de rua como "mendigos", e enfatizou que as portas de acesso a esses serviços precisam ser mais acolhedoras para essa população. Jenneferly

também apoiou a ideia do ônibus, mencionando que, após a fala de Roberta, o veículo poderia ser útil não apenas para a coleta de denúncias, mas também para fornecer um

atendimento de qualidade, criando vínculos com as pessoas em situação de rua.

Fabrício relatou uma série de problemas no Refúgio 1, localizado na rua Marcos Arruda, no Belenzinho. Ele mencionou que está ocorrendo a distribuição de frangos

vencidos, o que coloca em risco a saúde da população em situação de rua atendida no local. Além disso, destacou que os funcionários não estão devidamente preparados

para atender a essa população de forma adequada. Fabrício também relatou que, em alguns dias, falta copos, e então compartilham copos, o que representa um grande risco,

especialmente para pessoas que possuem tuberculose. Ele apontou ainda que, de acordo com a Vigilância Sanitária, pessoas que trabalham com excrementos estão entrando

na cozinha, o que resulta em contaminação cruzada, agravando ainda mais a situação. Fabrício fez um apelo para que tanto o Prefeito quanto o Governador realizem uma

fiscalização rigorosa dos serviços prestados, considerando a gravidade dos problemas relatados. Ele enfatizou a necessidade urgente de um atendimento mais humanizado e

de medidas preventivas para garantir a saúde e o bem-estar da população atendida.

Roseli destacou a importância fundamental do CPD, ressaltando que o móvel (unidade móvel) é essencial para atender locais onde o CPD físico não está presente. Ela

acredita que o serviço deve funcionar de duas formas: tanto para a coleta de denúncias quanto para o atendimento das demandas da população em situação de rua. Além

disso, enfatizou a necessidade de estabelecer uma ponte de comunicação eficaz entre os serviços e de formar uma rede protetiva que envolva todos os canais de atendimento,

incluindo os acolhimentos.

Bia, do Fórum da Cidade, perguntou se todos conheciam o espaço físico do CPD, destacando que é um ambiente pequeno, que comporta apenas alguns trabalhadores. Ela

concordou com a ideia de coletar as denúncias relacionadas aos direitos humanos e ressaltou a necessidade de ter tanto um CPD móvel quanto um fixo para ampliar a

cobertura e a eficiência do atendimento. Bia também expressou apoio ao horário de 12 horas de funcionamento, argumentando que não adianta manter um serviço 24 horas

funcionando, com gastos públicos elevados, sem que haja um encaminhamento adequado das demandas.

Alex afirma que o governo só defende as instituições e não a população, destacando que não existem pessoas em situação de rua apenas na região da Luz, mas em várias

outras áreas.

Hari, tentou iniciar sua fala, mas foi interrompida por Alex, que afirmou que as reuniões estão sendo realizadas de forma "escondida".

Alcyr, então, interveio, dizendo que isso não era verdade e que as reuniões não estavam sendo realizadas de maneira secreta. Ele pediu que respeitassem a fala da conselheira Hari, que representa a população em situação de rua.

Alex, por sua vez, retrucou dizendo que não aceitariam que as reuniões fossem feitas de forma escondida, mencionando que existem meios de comunicação como e-mail e

telefone para garantir que todos possam ser informados e participar adequadamente das discussões.

Hari retomou sua fala, destacando a importância do CPD, afirmando que ele é necessário e muito relevante para atender às demandas da população em situação de rua. No

entanto, ela alertou que algumas questões específicas precisam desse atendimento especializado. Hari expressou sua preocupação de que, ao adicionar outros serviços ao CPD, ele possa acabar se tornando uma "Estação Cidadania", como as duas já existentes, o que desviaria o foco principal do serviço. Ela ressaltou que o CPD deve manter

sua função essencial, sem ser sobrecarregado com outras atividades que possam comprometer sua eficácia.

Neste momento, uma pessoa que estava na plenária, questiona quem irá receber as denúncias além do computador e Alcyr retorna que o ministério público que fará.

Alex afirmou que as denúncias precisam ser encaminhadas por alguém, mas destacou que o processo não funcionará adequadamente a menos que a própria população em

situação de rua leve essas denúncias, enfatizando que a responsabilidade é deles.

França iniciou sua fala questionando quem, de fato, representava o governo na reunião e pediu que Alex respeitasse as autoridades presentes. França também apontou que

havia uma falta de comunicação entre os trabalhadores e os representantes do governo. Ele concordou com a fala de outro participante da reunião, que mencionou ser a

primeira plenária e que os representantes de governo têm o poder de intervir nos serviços. França sugeriu que as próximas plenárias sejam mais tranquilas e produtivas, com

maior foco na colaboração.

Gabriel, representando o Consultório na Rua da Sé, falou sobre a pauta, concordando com a necessidade de um ponto fixo e um móvel para atender à população. Ele sugeriu

que, como o ônibus atualmente não tem uma rotatividade adequada, uma alternativa seria contratar uma van para cobrir toda a cidade, especialmente à noite, e garantir que

os trabalhadores, incluindo os da Zeladoria, SMADS e outros serviços, estejam devidamente preparados para prestar o atendimento necessário. Gabriel também sugeriu a

criação de mais de um núcleo de atendimento para ampliar a cobertura.

Alcyr, por sua vez, informou que a questão do ponto fixo e móvel foi discutida e aceita, mas a proposta de funcionamento 24 horas não foi concluída. Ele comunicou que a

decisão sobre esses pontos será encaminhada para votação ao final da reunião.

Alcyr informou que a proposta de ter um ponto fixo e um ponto móvel foi acordada, mas a questão do funcionamento do serviço 24 horas não foi concluída. Ele mencionou

que essa questão será encaminhada para votação na sequência. Além disso, ressaltou a importância de evitar o atendimento em redes, com a necessidade de encaminhamento

para a Defensoria, de forma a não prejudicar os outros serviços que já realizam esse atendimento. Alcyr também destacou que o CPD não é um centro de acolhimento, mas

sim um espaço para a coleta de denúncias, sendo inadequado para servir de abrigo para as pessoas em situação de rua. Explicou ainda que a ausência de vagas nos serviços

configura uma violação de direitos e esclareceu como o serviço lidará com essa questão.

A discussão sobre o funcionamento do serviço de 24 horas foi iniciada, com questionamentos sobre se o atendimento seria contínuo ou realizado em plantões, incluindo a

possibilidade de um serviço móvel e plantão telefônico. Foram apresentadas as seguintes propostas para votação:

Cleiton sugeriu a criação de uma formação para os profissionais que atuam no acolhimento, incluindo os da Zeladoria e outros serviços, a fim de aprimorar o atendimento à

população em situação de rua. Alcyr encerrou a pauta, destacando que o foco deveria ser no acionamento emergencial, mesmo que o serviço não funcione 24 horas.

Em seguida, Mabel apresentou sua pauta, abordando a situação do atendimento a pessoas em situação de rua durante as baixas temperaturas. Ela mencionou que, apesar de

existirem vagas de pernoite na OBT, essas vagas foram reduzidas e atualmente há apenas 100 vagas disponíveis na região central. Relatou também que o equipamento com o

qual trabalha é o único a oferecer esse tipo de atendimento.

Durante sua fala, Gisele dirigiu um comentário a Aline (da SMADS), sugerindo que ela voltasse para Mabel, mas Alex interveio, informando que Aline não representava a

SMADS.

Aline respondeu que Alex estava impedindo que ela escutasse a pauta de Mabel.

Alcyr pediu para que Alex respeitasse Aline, afirmando que ela de fato era representante da SMADS.

Primeira proposta: funcionamento 24 horas diretas, apresentada por Gisele.

Segunda proposta: funcionamento com plantão de atendimento via telefone e chat, além de um funcionamento fixo e móvel, apresentada por Mabel, Hari e Cleiton.

Terceira proposta: funcionamento de 12 ou 16 horas, mas não houve votos favoráveis a essa proposta.

Mabel continuou sua fala, enfatizando que o pernoite é uma vaga que precisa ser renovada diariamente, e quando as vagas estão ocupadas, não há como atender mais

pessoas. Ela relatou as condições precárias dos serviços, mencionando colchões infestados de percevejos e ratos. Informou ainda que a dedetização agora ocorre mensalmente, ao invés de ser trimestral, como acontecia anteriormente. Mabel destacou que o valor repassado pela SMADS para a alimentação da população em situação de

rua é de apenas R$9,49 por refeição.

Além disso, Mabel mencionou a dificuldade em contratar trabalhadores, pois o piso salarial da SMADS está abaixo do salário-mínimo estadual, o que tem levado muitos

funcionários a pedirem demissão e a buscar trabalho em outras áreas, como saúde ou educação. Relatou também que os cursos destinados aos trabalhadores estão com

número reduzido e que o sistema de prestação de contas está ineficaz, dificultando o uso dos recursos, mesmo quando a verba está disponível. Também comentou sobre a

central de vagas, afirmando que não consegue fazer encaminhamentos diretos para famílias necessitadas, pois tudo deve ser gerido pela central.

Mabel expressou sua preocupação com a mudança na gestão das vagas, mencionando que a central de vagas agora também gerenciará as vagas masculinas, o que, segundo

ela, pode gerar um caos no sistema de atendimento.

Castor sugeriu que a presença da imprensa nas reuniões seria importante para expor as dificuldades enfrentadas

Alcyr enfatizou a importância de convocar uma reunião extraordinária com a Secretaria de Assistência Social para tratar dos problemas relatados.

Mabel e Aline concordam com a devolutiva.

Gisele começa a falar e pede retorno de sim ou não, a devolutiva que ela solicita e isso não ocorre. Informa que não tem vaga ligando para 156.

Alcyr informa a conselheira que o tempo dela deu e que ela estava advertida.

Alcyr também fez alguns informes:

Alcyr informa que o Quórum caiu, por isso a reunião se encerraria, e devido à falta de ordem a reunião.

Sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 17h23.

Encaminhamentos:

N. Descrição dos encaminhamentos Responsável Prazo

01 Agendar reunião extraordinária com a Secretaria de Assistência Social, para tratar dos assuntos dessa ordinária.

02

03

Lista de Presença 120176469

**Documento: 119859650 | Extrato de Ata**

São Paulo, 14 de fevereiro de 2025.

ATA DE REUNIÃO Nº 47

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA

REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2025

Pauta: Situação da População de Rua no Tremembé.

Participantes Governo: Alcyr Barbin (SMDHC), Karen Barbosa (SMDHC), Aline Oliveira (SMADS), Cristiane Piheiro (SMDET),

Participantes Sociedade Civil: Hari Kraemer, Adriana Ribeiro, Alexandre Claudio, Gisele Abreu,

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (Fórum da Cidade),

Convidado: Wilherson Carlos (DPESP), Roberta Cristina (SMDHC) Daniela Santiago (SMDHC), Roseli Kraemer, Leandro, Renato (Renatinho), Jennefer, Luciana Stein, Rosana Damas

Às 15:00 horas do dia 29 do mês de janeiro do ano de 2025, no endereço; Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, 01008-000, no auditório. Reuniram-se os presentes

participantes citados acima a fim de discutirem sobre as ações de zeladoria urbana, possíveis violações ou atritos com a população em situação de rua e assuntos

relacionados, para melhoria e aperfeiçoamento das ações e serviços.

O Sr. Alcyr Barbin, presidiu a reunião, tendo sido secretariado pela Sra. Roberta Cristina.

Informes: Situação do Tremembé, relatórios anuais, Violência contra mulheres em situação de rua e coleta de denúncias.

Alcyr informou que o link de gravação de reunião permanece ativo por um período de aproximadamente 30 dias, após o qual o conteúdo é apagado pela Microsoft. Ele

expressou o desejo de que todos tenham tido uma transição de ano tranquila e um bom começo de ano, destacando a importância de se recuperar das dificuldades do ano

anterior. Normalmente, a reunião começa com a apresentação da pauta, e Alcyr propôs que a pauta fosse Aline que falasse, por conta da outra reunião a mesma não ter conseguido

falar. Ele mencionou que não tinha verificado se a SMADS havia consolidado algum relatório, mas se Aline tivesse algum relatório para apresentar, haveria espaço para

isso, visto que no mês passado, ela não teve a oportunidade de apresentar.

Alcyr destacou que, embora não fosse uma questão diretamente relacionada à zeladoria urbana, a Coordenação gostaria de fazer um informe sobre a atuação no caso do Tremembé. Ele também sugeriu a apresentação dos relatórios anuais do subcomitê, mencionando que eram documentos extensos.

Aline Fernanda (SMADS) atualizou que, no dia 18 de dezembro, apresentou o relatório referente ao mês de outubro, uma vez que os relatórios são sempre apresentados com

base no mês anterior.

Portanto, hoje ela deveria apresentar os relatórios de novembro e dezembro. Aline destacou que seria relevante mencionar que houve uma mudança na equipe, com Diana em

transição, e que a equipe atual está reduzida. Ela explicou que, devido a essa redução, há um grande acúmulo de pautas, mas que ela realizou toda a sistematização dos

O processo disciplinar de Maria, Alex e Gisele foram encaminhados, com prazo de 15 dias para defesa.

Bilhetes únicos dos conselheiros serão liberados.

relatórios por meio do processo re-acesso. No entanto, ela não conseguiu compilar todas as informações no formato completo de relatório para apresentar, mas possui os principais dados. Aline sugeriu que, caso os membros do comitê considerem relevante, ela poderia trazer essas informações para discussão. Além disso, mencionou que houve algumas atualizações em relação a normas

técnicas, incluindo a finalização de uma norma relacionada ao SEAS. Aline se comprometeu a finalizar os dois relatórios até sexta-feira e enviá-los ao coletivo, pedindo desculpas pela demora e reconhecendo que não foi possível concluir os

documentos a tempo.

Alcyr retomou a fala informando sobre a situação no Tremembé, destacando que todos que trabalham com essa temática provavelmente acompanharam as notícias sobre a

expulsão da população em situação de rua na região, que ocorreu por volta do dia 10 de janeiro, com o uso de violência. O episódio aconteceu em uma terça-feira, e na

sexta-feira seguinte, a coordenação do PopRua, junto com a Ouvidoria de Direitos Humanos, realizou uma ação de busca ativa das pessoas afetadas, mas não encontraram

muitas pessoas no local. Durante a ação, foram divulgados os serviços disponíveis para quem desejasse denúncia, incluindo o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, que

ofereceu acolhimento entre as 8h30 e meia-noite. Alcyr mencionou que, embora não tenha resultados definitivos sobre a ação, uma vez que ele não faz parte da cadeia hierárquica do serviço, houve várias reuniões com o Ministério Público, a Secretaria de Direitos Humanos, o Fórum da Cidade e movimentos sociais para discutir o ocorrido. Ele ressaltou que, no âmbito do caso concreto, o

procedimento segue em andamento, e o serviço de apoio está identificando as vítimas dentro da rede de atendimento. O acolhimento, conforme explicado, não significa

necessariamente encaminhamento a um centro de acolhida, mas envolve escuta, orientação e cuidados de saúde quando necessário. Alcyr ainda destacou que, caso alguém queira registrar denúncia, o apoio será fornecido para estruturar e encaminhar a denúncia, além de realizar o devido monitoramento. O Ministério dos Direitos Humanos acionou o Ministério Público sobre o caso. Alcyr expressou preocupação com a possibilidade de a mídia tornar esse tipo de ação

repetitivo em outras regiões da cidade. Alcyr apontou que a questão não é apenas jurídica, mas cultural, mencionando a dificuldade de mudar a percepção da população local

sobre as pessoas em situação de rua. Ele observou que o conflito frequentemente ocorre quando a prefeitura abre serviços, mas a comunidade ao redor impede seu

funcionamento. Finalizou sugerindo que, em algum momento, seria necessário realizar outros fóruns para aprofundar a discussão sobre políticas de prevenção dessa

violência.

Aline (SMADS) complementou, informando que, como parte da proteção especial, a Secretaria tem realizado alinhamentos com o CREAS do território do Jaçanã, nos meses

de novembro e dezembro. Embora a violência que eclodiu no início deste ano não tenha sido inicialmente uma demanda desse território, a subprefeitura do Jaçanã já

demonstrava preocupação com o crescente uso de substâncias no local. Ela explicou que no Tremembé, ao contrário de regiões como a Mooca, possui uma densidade muito menor de pessoas em situação de rua. Além disso, o território de Tremembé tem um CREAS, mas não possui um Centro POP. Esse foi um ponto de reflexão importante no

diálogo com os serviços, que começaram a perceber uma mudança no perfil da população em situação de rua, com um aumento de pessoas que fazem uso de substâncias. Aline mencionou que, como parte dos alinhamentos técnicos, foram feitos ajustes nas abordagens, principalmente para lidar com esse novo perfil da população. Ela destacou

que o CREAS de Vila Maria tem prestado apoio ao território, mas que seria relevante considerar a criação de um serviço específico para o Jaçanã, dada a crescente demanda. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas na implementação de serviços em certos territórios, especialmente em áreas onde a população se opõe à instalação de serviços

voltados para a população em situação de rua, como é o caso da Vila Maria. Mencionou que a resistência dos moradores tem sido um obstáculo recorrente, inclusive para a

criação de centros de acolhida e centros de acolhida específicos para mulheres. Além disso, compartilhou uma preocupação sobre a movimentação de pessoas vindas de outras regiões, incluindo do interior, que são direcionadas para o território e acabam

intensificando os problemas locais. Ela concluiu reforçando que a assistência social tem buscado alinhar esforços com os territórios para oferecer soluções técnicas

adequadas a esse novo cenário e ao perfil emergente da população em situação de rua.

Alcyr concluiu o assunto mencionando que é importante reconhecer a entrada da Defensoria Pública no processo, destacando a relevância dessa colaboração. Mencionou

que, no ano passado, houve uma grande transição na Coordenação, com a troca de toda a equipe, o que causou um impacto significativo. No entanto, ao longo do ano, foram

adotadas algumas práticas importantes, como a realização de formações, que permitiram um sistema no qual as prefeituras poderiam agendar as formações de maneira

passiva. Em 2024, foram realizadas 12 formações, atingindo 193 participantes, com prefeituras de diversos territórios, como Lapa, Tucuruvi, Ipiranga, Pirituba, Brasilândia,

Perus, Mooca, Penha e Ermelino Matarazzo. Além disso, foi implementada uma prática inovadora de buscas ativas em algumas regiões e casos, incluindo visitas à Cracolândia e ao entorno do Parque Dom Pedro até o Glicério. Nessas ações, foi possível conversar com a população em situação de rua, que relatou diversas situações, principalmente em relação à zeladoria urbana, sugerindo

que o enfrentamento e a prevenção desses problemas devem ser aprimorados. Também foi identificado que, muitas vezes, a resolução de problemas está ligada à melhoria

nos tempos de resposta das ações. Alcyr mencionou que a Coordenação consolidou um relatório sobre a atuação do Grupo de Trabalho (GT), mas sugeriu que, ao invés de ler o relatório na reunião, seria mais

eficaz compartilhar o link para que os membros pudessem fazer comentários e edições antes da publicação. Ele fez uma síntese das conclusões, que incluíam a revisão das

práticas operacionais, a presença de equipes multidisciplinares durante as operações, a proibição da destruição de pertences pessoais e o uso proporcional da força. Além

disso, destacou a importância de garantir a inclusão de mulheres e famílias na rede de atendimento e a implementação de protocolos operacionais adequados. Alcyr também mencionou a necessidade de promover ajustes no decreto atual de São Paulo, levando em consideração as decisões da ADPF 978 no STF, que definem alguns

pontos de maneira mais clara do que a normativa atual. Ele então abriu a discussão sobre as propostas de atuação do GT para este ano, convidando os conselheiros a

refletirem sobre o que funcionou no ano passado, o que não funcionou e para onde os esforços devem ser direcionados em 2025.

Alcyr solicitou que as falas fossem mantidas dentro de 3 minutos para que todos tivessem a oportunidade de contribuir.

Roseli Kraemer iniciou sua fala destacando a importância de discutir questões cruciais neste novo ano do GT. Ela enfatizou que a redução de danos deve ser uma prioridade,

especialmente dentro dos equipamentos de acolhimento. Apontou como preocupante a situação das mães que estão em uso de substâncias psicoativas e acabam

abandonando seus filhos dentro dos equipamentos, deixando-os sozinhos. Ela considerou essa prática como um tipo de violência e abandono, que precisa ser discutido

amplamente, principalmente com a gerência desses serviços. Roseli sugeriu que uma ação permanente de redução de danos e de mediação de conflitos dentro dos

equipamentos poderia ajudar a mitigar diversos problemas, incluindo a retirada das crianças dessas mães, garantindo mais cuidado e acompanhamento. Além disso, ela abordou a violência nas ruas, com a qual as mulheres em situação de rua estão constantemente sujeitas, destacando a ausência de segurança em determinadas

áreas. Mencionou também o abandono da cidade em relação à infraestrutura, especialmente nas periferias, e criticou a prática de retirar pertences da população em situação

de rua durante ações de zeladoria, principalmente em tempos de chuvas e inundações. Ela ressaltou que a cidade está passando por um novo momento, mas com uma

estrutura urbana obsoleta que não atende às necessidades da população vulnerável. Roseli também comentou sobre os desafios enfrentados em áreas como a Cracolândia e o entorno do Parque Dom Pedro, que considerou lugares "terríveis" e com uma

situação muito grave. Ela trouxe a reflexão de que esses problemas não estão restritos a essas regiões, mencionando que em outras periferias, como onde ela mora, o cenário

também está se agravando. Relatou que há um aumento do uso de substâncias nas calçadas durante a noite, criando uma "Nova Cracolândia" nas avenidas da sua área. Ela

finalizou sua fala reforçando que é urgente discutir essas questões e encontrar soluções eficazes. Também questionou o gerenciamento dos equipamentos, criticando a

prática de transferir pessoas acusadas de abuso infantil de um equipamento para outro dentro da mesma rede, sem que medidas adequadas sejam tomadas. Roseli enfatizou a

necessidade de que esses temas sejam colocados em pauta com urgência.

Rosana Damas iniciou sua fala relatando uma situação pessoal de vulnerabilidade, mencionando que estava na rua desde o dia 21 e questionando o relatório apresentado, o

qual ela considerou como falso. Ela explicou que, embora tenha sido estudante da USP como aluna especial, esse fato foi ignorado no relatório. Rosana também afirmou que

participa da Ordem Franciscana e de diversas outras atividades, mas que essas informações também foram omitidas. Ela relatou ter sofrido importunação sexual em São Miguel Paulista e que, apesar de ter feito a denúncia à Defensoria Pública e ao Ministério Público, suas queixas não foram acatadas. Em sua fala, Rosana mencionou que a Defensoria Pública não incluiu no relatório nenhuma estratégia de formação sexual, apesar de ela mesma ter enfrentado diversas situações de violência e abuso. Rosana continuou sua fala mencionando a falta de apoio das autoridades, especialmente quando se trata da violência contra as mulheres em situação de rua, citando o caso

de uma mulher com criança pequena sendo deixada na rua. Ela ressaltou a necessidade urgente de ação, afirmando que a vida humana está sendo tratada como descartável, e

pediu que as providências fossem tomadas imediatamente, em vez de serem apenas registradas em papel. Além disso, mencionou a dificuldade em registrar boletins de

ocorrência, inclusive relatando uma experiência em que o delegado não quis registrar um boletim de ocorrência, apesar de ter provas. Ela criticou ainda a falta de ação

efetiva das autoridades, apontando a politicagem no tratamento das questões relacionadas à população em situação de rua e à violência. Rosana concluiu enfatizando que a Defensoria Pública e o judiciário devem ter uma reação imediata e que as pessoas em situação de vulnerabilidade não podem ser tratadas

dessa forma, sem a devida proteção e respeito aos seus direitos humanos.

Alcyr agradeceu a fala de Rosana e, em seguida, voltou a abordar o tema das ações do comitê. Ele mencionou que a solicitação apresentada por Rosana seria reforçada e

destacou a importância de continuar o trabalho, talvez com sugestões de pessoas que mais acompanham a situação da população em situação de rua. Alcyr também

expressou a intenção de dar continuidade ao debate e ao planejamento das ações para o futuro.

Wilherson Carlos trouxe pontos importantes sobre a adequação de documentos e estratégias relacionadas à zeladoria, portarias e ações de repressão, com foco nas políticas

públicas de abordagem das pessoas em situação de rua. Ele sugeriu a criação de um material de orientação para os responsáveis pelos territórios mais críticos, especialmente

em áreas de maior vulnerabilidade, como a Cracolândia, destacando a importância de uma gestão mais efetiva, com a atuação de diferentes órgãos como a guarda civil

metropolitana e a equipe de zeladoria.

Wilherson também mencionou a relevância de documentar e orientar sobre as ações de zeladoria e de segurança pública, com base em protocolos legais, como a ADPF, e

propôs que esse material seja enviado para os responsáveis locais, com a assinatura de recebimento e compromisso em repassar as informações. Ele ainda defendeu a

continuidade das formações e o mapeamento de territórios críticos para garantir que as intervenções sejam feitas de maneira mais sensível e alinhada com a legislação

vigente. Esse tipo de diálogo é fundamental para ajustar estratégias e melhorar a abordagem das questões complexas envolvendo a população em situação de rua, zeladoria e

segurança pública.

Alcyr trouxe a discussão para um ponto importante, destacando que, no momento, não há uma minuta de decreto pronta, mas sim um relatório do subcomitê de zeladoria

urbana, com propostas de mudanças nas normativas. Ele mencionou que uma das possíveis atuações seria promover a adequação normativa, alinhando as ações de zeladoria

e segurança pública. Ele também sugeriu que seria interessante produzir um material de orientação para consolidar essas informações e alinhar a prática da zeladoria com a

legislação vigente, através de formações ou publicações que ajudem os responsáveis locais a compreender melhor as ações e seus limites. Além disso, ele perguntou aos conselheiros como avaliam as ações de visitas a territórios e busca ativa, buscando feedback sobre a efetividade dessas abordagens e possíveis melhorias. Esse tipo de avaliação das ações é essencial para ajustar as políticas públicas de forma a atender melhor às necessidades da população em situação de rua e garantir que a

intervenção seja mais humana e eficiente. A continuidade do diálogo sobre como agir nesses territórios mais críticos é importante para garantir respostas adequadas e

assertivas.

Wilherson Carlos Luiz trouxe uma sugestão importante, que é garantir que o material produzido sobre a zeladoria seja enviado diretamente para os responsáveis nos

territórios, especialmente para a Guarda Civil Metropolitana. Ele enfatizou a necessidade de confirmar que esses órgãos realmente receberam as informações, o que ajudaria

a garantir um controle mais eficaz e possibilitaria uma cobrança mais incisiva das ações realizadas. Essa sugestão é valiosa, pois além de garantir que as informações cheguem aos responsáveis, cria um mecanismo de rastreabilidade que pode ajudar a pressionar por uma

resposta mais eficiente e dentro dos parâmetros estabelecidos pela normativa. O acompanhamento e a verificação da recepção dessas orientações também são essenciais para monitorar a implementação e ajustá-la quando necessário.

Alcyr continua a trazer uma abordagem mais estruturada, como o processo de envio de documentos e a criação de um acompanhamento por meio de um sistema de cadeia

de recebimento. Ele mencionou a experiência positiva de oferecer formações com agendamento online, o que parece ter facilitado o processo de aprendizado para os

envolvidos. Ele também destacou a importância da mediação entre as Secretarias e a população afetada pelas ações de zeladoria, abordando a dificuldade da demora nas denúncias e a

perda de bens apreendidos ao longo do tempo. Esse tipo de dificuldade, em que as pessoas afetadas não conseguem reaver os seus pertences ou receber uma indenização

devido à falta de clareza e resposta oportuna, é um ponto crítico que precisa ser trabalhado para garantir uma atuação mais eficiente. A ideia de uma unidade móvel também é interessante, pois permitiria maior proximidade com a população afetada e um acompanhamento mais direto. Em resumo, há uma

necessidade de estruturar a comunicação e a resposta das ações de zeladoria para que se tornem mais eficazes e menos sujeitas a falhas, como o extravio de bens e a falta de

suporte imediato. Esses pontos são essenciais para aprimorar a atuação e garantir que a resposta seja ágil e eficiente, sem perder de vista a complexidade das situações que

surgem no terreno.

Gisele levanta pontos bastante importantes sobre a abordagem da população em situação de rua, especialmente no que diz respeito à falta de acompanhamento contínuo e da

falta de infraestrutura de acolhimento. Ela critica a atuação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em retirar as pessoas das ruas sem um plano claro para garantir que elas

recebam o atendimento necessário, como assistência social e serviços de saúde. Sem o acompanhamento adequado, as pessoas acabam retornando aos mesmos locais, o que

revela a ineficácia da abordagem, de acordo com Gisele. Ela também faz uma análise da situação na região da Cracolândia, onde, segundo ela, algumas ações de

acolhimento estão sendo feitas de forma mais efetiva, mas ainda faltam soluções contínuas e dignas para essas pessoas. Gisele defende que é necessário um trabalho mais

humanizado, com atendimento 24 horas, para que as pessoas em situação de rua realmente consigam sair desse ciclo de vulnerabilidade. Ela também menciona a dificuldade

de encaminhamento das famílias para os abrigos e critica a falta de vagas adequadas, uma questão recorrente nas denúncias que chegam a ela. Gisele continua destacando a ausência de respostas imediatas e adequadas para as necessidades da população em situação de rua. Ela menciona casos como o de dona Rosana, que não está tendo acesso a serviços essenciais, como o hotel social, e questiona a eficácia do atendimento humanizado. Gisele critica também o funcionamento do

serviço, especialmente no fim de semana, quando muitos serviços, como o CERAT (Centro de Referência de Atenção ao Trânsito), supostamente não funcionam, o que

dificulta ainda mais o atendimento. Ela expressa uma grande frustração com a falta de continuidade e eficácia no atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade

social.

Alcyr informa a Gisele pela segunda vez que os 3 minutos de fala dela excederam

Gisele continua enfatizando que a população está sendo negligenciada, especialmente nas áreas mais afetadas pela falta de apoio efetivo. Ela aponta que o problema não é só

de uma região, mas algo que está se espalhando, afetando ainda mais as pessoas em situação de vulnerabilidade. Gisele sugere que os responsáveis, como o governo e as

equipes envolvidas, precisam ser mais atuantes, talvez com maior integração entre os serviços de apoio, para realmente ajudar a população. Ela conclui, destacando que

quem realmente sofre com tudo isso é a própria população.

Alcyr direciona a conversa de volta para o tema da zeladoria, perguntando se Gisele tem algo a acrescentar.

Gisele destaca uma situação complexa relacionada ao acolhimento e assistência social. Ela menciona que, embora a população em situação de rua seja removida de certos

locais, muitas vezes não há um acompanhamento adequado, como apoio psicológico ou direcionamento eficaz para abrigos, o que leva as pessoas a retornarem para as ruas. Gisele também observa que a abordagem, muitas vezes, é impessoal, sem uma escuta ativa ou identificação das necessidades individuais, como o que levou aquela pessoa

àquela situação. Ela também faz um alerta sobre a falta de vagas e a dificuldade no processo de acolhimento.

Alcyr agradeceu à Gisele e em seguida, passou a seguir a pauta da reunião. Ele mencionou que a Aline vai consolidar as informações das equipes e que os Direitos Humanos

irão compartilhar com todos uma versão preliminar do relatório, deixando claro que ainda não se trata do relatório final e que poderão ser incorporadas sugestões. Alcyr também destacou que a pauta para a próxima reunião do GT inclui a discussão sobre as diferenças entre o ADPF e o decreto do prefeito, com a intenção de sugerir mudanças. Ele então fez duas perguntas: se os membros do conselho teriam interesse em marcar alguma visita de busca ativa em um território específico durante o mês, e se

alguém do subcomitê gostaria de participar da formação sobre zeladoria agendada para fevereiro.

Aline respondeu afirmando que gostaria de participar da formação, caso fosse possível, e considerou que seria interessante retomar as visitas, destacando que as visitas

anteriores, especialmente à região da Cracolândia, foram muito proveitosas. Ela também mencionou que, enquanto representante da SMADS, estava aberta a sentar e

conversar sobre a questão, se ainda fosse possível. Aline mencionou que acredita ser válida uma ação na região do Glicério e sugeriu que essa ação poderia continuar em

2025.

Adriana Ribeiro expressou interesse em participar da formação de zeladoria, mencionando que gostaria de fazer parte dessa formação.

Hari informa que também gostaria

Gisele pede para que Alcyr repita a informação e ele informa que perguntou ao grupo se haveria interesse em marcar alguma visita durante o mês, e questionou quais seriam

as sugestões de territórios para essas visitas, mencionando que já foram realizadas visitas em locais como a região da Cracolândia e o Parque Dom Pedro, no Glicério.

Adriana Ribeiro sugeriu que seria bastante interessante realizar uma visita na região próxima ao Siate, que também está perto da Casa Porto, pois observou que a área está

concentrando um fluxo significativo de pessoas com barracas e carroças, especialmente no Jardim Zinho da calçada. Ela também mencionou que o fluxo está bastante

contínuo na região da Cruzeiro do Sul, próxima à Vila Cruzeiro e ao bairro Paris.

Roseli Kraemer comentou que a região da Armênia tem aumentado significativamente, com um uso contínuo das praças e muitos locais sendo ocupados. Ela observou que o

fluxo de pessoas na área está bastante grande.

Alcyr sugeriu que, caso não haja objeções, o local será selecionado, e a data será marcada para a visita.

Jennifer Lee sugeriu a visita à Rua Porto Seguro, próximo à Vila Cruzeiro do Sul, destacando que é uma área de grande fluxo de usuários. Ela mencionou a proximidade de

serviços como o Siate, Caps, e a Casa Porto Seguro, que oferece banho e alimentação. Além disso, sugeriu observar também a região, que possui o Abrigo do Olaria e o Abrigo de Mães nas imediações.

Alcyr agradeceu a Jennifer Lee por compartilhar sua experiência, destacando o nome dela no contexto da reunião ou discussão.

Leandro se apresentou, informando que fazia parte do movimento da população de rua e estava participando pela primeira vez do grupo sobre zeladoria. Ele expressou

interesse na questão da violência em São Paulo, especialmente no contexto da população em situação de rua. Leandro também perguntou sobre como participar das ações em

loco e sugeriu a visita à Praça do Patriarca e à Praça da Sé. Além disso, questionou sobre a existência de grupos específicos, como de WhatsApp, para receber atualizações

sobre as ações, além das reuniões mensais.

Alcyr fez uma proposta de organizar as visitas nas regiões sugeridas. Ele mencionou três possíveis locais: a região da Armênia, a Praça do Patriarca e o Minhocão. Propôs

também que as visitas não ocorram todas no mesmo mês, sugerindo uma primeira visita para o dia 11 de fevereiro, com outra em 25 de fevereiro, e uma terceira no dia 11 de março.

Roseli Kraemer sugeriu que, em vez de se concentrar apenas em alguns territórios, seria importante traçar um roteiro abrangente para visitas. Ela propôs realizar duas visitas

por mês, abordando diferentes regiões de São Paulo. Destacou que São Paulo tem muitos locais que precisam da presença de direitos humanos e que, ao trabalhar com um

cronograma de visitas a cada 15 dias, o impacto seria mais significativo.

Alcyr respondeu ao Leandro, informando que existe um grupo de WhatsApp, mas ele não sabe como gerar o link de convite para ele, e mencionou que, de forma não oficial,

eles compartilham lembretes de reuniões por ali. Quanto às visitas, Alcyr propôs que as três localidades sugeridas fossem visitadas, deixando claro que não havia um

território mais urgente que o outro, e sugeriu que a ordem das visitas poderia ser definida de maneira simples, como por ordem alfabética, ou escolhendo entre as opções

como o Minhocão.

Renatinho questionou se as atividades seriam encaminhadas por e-mail, para que todos pudessem acompanhar o progresso.

Alcyr esclareceu que as atividades combinadas serão encaminhadas por e-mail e registradas na ata. Ele corrigiu a agenda, informando que as visitas acontecerão nos dias 11

e 25 de fevereiro, e 18 de março. Além disso, ele mencionou que no dia 11 de março ocorrerá uma formação na Prefeitura da Tiradentes. Quanto às visitas, ele explicou que

o transporte de van da Secretaria pode comportar de 15 a 20 pessoas e que é importante incluir a participação de pessoas com trajetória de rua para dar um relato mais

sensível sobre as situações abordadas.

Renatinho se ofereceu para participar das visitas, caso seja necessário.

Alcyr registrou na ata o interesse de algumas pessoas, como Adriana e Aline da Secretaria Municipal da Assistência Social, Rosana, Renatinho, Luciana, Beatriz, Gisele,

Jennifer Lee (que gostariam de participar da formação). Alcyr levantou a questão sobre como resolver a quantidade de pessoas interessadas na formação, já que o número é maior do que o grupo consegue levar. Ele sugeriu três

opções: conversar e decidir, fazer uma votação, ou organizar um revezamento, com uma lista de interessados e entrando em contato conforme surgem as agendas e

disponibilidades.

Renatinho informa que o nome dele pode ser retirado visto que já tem bastante pessoas para participar da formação.

Leandro perguntou a Alcyr sobre o horário e o local dos encontros para as visitas nos dias 11/02 e 25/02.

Alcyr explicou que, normalmente, os encontros para as visitas começam na Secretaria de Direitos Humanos, com saída marcada para às 9h50. A van é organizada através do

setor de transportes e é utilizada para o trajeto, com retorno ao final. Ele também mencionou que a lista de participantes será feita para a formação, com revezamento, pois há

um limite de pessoas que podem ser levadas.

Alcyr esclareceu que o espaço de transporte para a formação é limitado e que ele estava se referindo à visita no dia 11 de fevereiro.

Leandro estava se referindo ao dia 11 de março, questionando se havia pouco espaço para a formação nesse dia.

Alcyr explicou que o problema não é o transporte, mas sim a possibilidade de tumultuar a atividade formativa ao levar uma comissão muito grande, explicou o planejamento

para as visitas e formações. As visitas estão agendadas para os dias 11 de fevereiro, 25 de fevereiro e 18 de março, com um ponto de encontro na Secretaria de Direitos Humanos às 9h30, para saída às 9h50. Além disso, uma formação está marcada para o dia 11 de março, e ele sugeriu que, conforme surgirem novas demandas ou interesses,

a equipe compartilhe os contatos e a disponibilidade dos conselheiros para participação. Ele também propôs a inclusão de um conselheiro do segmento de população em

situação de rua na formação e indicou a possibilidade de incluir outras equipes, como o Sesi, se houver interesse. Alcyr perguntou se alguém gostaria de compartilhar algum informe ou acrescentar algo à reunião, indicando que o ponto de discussão principal já estava finalizado.

Leandro questiona como faz para ter acesso a Ata e Aclyr explicou que a ata será publicada no diário oficial e estará disponível no site da Secretaria e compartilha o link no

chat para os participantes acessarem.

Alcyr explicou que a ata geralmente fica pronta em até 15 dias após a reunião. Ela é enviada para os conselheiros para aprovação online, e se não houver resposta dentro de

5 dias, ela é considerada aprovada e então publicada no Diário Oficial. Depois disso, é atualizada no site da Secretaria. Ele também compartilhou um link para o site da

Secretaria, onde as atas e outras informações podem ser acessadas, e mencionou que a equipe estava criando um grupo de WhatsApp para divulgar notícias do conselho,

embora tenha havido dificuldades com a violência dentro desse espaço anteriormente.

Beatriz Clemente (Fórum da Cidade) está sugerindo que as chamadas para as reuniões sejam enviadas com mais antecedência, em vez de no mesmo dia. Isso ajudaria a

organizar melhor a participação, especialmente considerando a correria do dia a dia.

Alcyr informa sobre a próxima reunião ordinária do comitê, que será na próxima semana. Ele menciona que estão tentando adaptar a metodologia para ter uma sala para os

conselheiros e outra para a população em geral, mantendo a reunião presencial. Ele também alerta sobre o prazo para envio de pautas, que deve ser feito por e-mail para o

comitê, e que a convocatória será enviada amanhã.

Gisele está questionando sobre a votação e a construção de quem está ciente dessa decisão. Ela menciona que, em relação à votação, nem todos estavam informados, mencionando especificamente Bia e Hari como as pessoas cientes dessa construção, que essa decisão foi uma reunião separada entre conselheiros e a população em geral. Ela afirma que, como conselheira, tem direito de participar de todas as discussões e votações, incluindo as relacionadas à sala separada para a população. Também questiona

a legitimidade dessa decisão, mencionando que tal separação não está prevista no decreto e pedindo mais transparência e participação de todos os envolvidos.

Alcyr explica que a decisão de ter uma sala separada para conselheiros e população foi discutida e aprovada em uma reunião anterior. Caso Gisele queira mais

esclarecimentos ou queira questionar a decisão novamente, pode ser interessante relembrar a ata ou as deliberações feitas na reunião que ele mencionou, mas de qualquer

forma, Alcyr informa que isso não está em discussão no momento presente, e, caso Gisele queira discutir mais sobre isso, talvez seja melhor sugerir que ela traga o ponto

para uma futura reunião ou consulte a ata da reunião extraordinária para esclarecer os detalhes dessa decisão.

Gisele questiona se Adriana e Alexandre estão cientes da decisão e busca um esclarecimento sobre a pauta da reunião, mencionando que Adriana já havia comentado que

não estava ciente sobre isso.

Alcyr está tentando explicar que a proposta foi discutida e aprovada na reunião extraordinária da sexta-feira anterior. Ele reitera que essa decisão foi tomada pela mesa

diretora, e foi oficializada na reunião extraordinária.

Gisele está buscando mais clareza sobre isso, possivelmente com a sensação de não ter sido completamente informada ou de que não houve transparência suficiente no

processo. Ela quer que outros conselheiros confirmem se estavam cientes da decisão sobre a separação das salas e da estrutura da reunião.

Adriana parece confirmar que a falta de informação levantada por Gisele foi discutida pela mesa diretora na reunião anterior, mas menciona que houve uma complicação em

sexta-feira devido à chuva, o que impediu sua participação na votação.

Gisele informa que não entendeu quem votou, pois, segundo o que foi informado, apenas duas pessoas participaram da reunião, sendo que a decisão foi tomada

exclusivamente pela mesa diretora. O conselheiro Darcy, por exemplo, não foi visto.

Alcyr indicou a Gisele que, caso ela acreditasse que estivesse infringindo o regimento, seria possível tentar anular as decisões do conselho. Ele sugeriu que ela buscasse um

mandato de segurança, mas reafirmou que estavam seguindo o regimento estabelecido. Alcyr informou a Gisele que encerraria a reunião, pois a discussão em questão já havia ocorrido na semana anterior. Ele destacou que não era o momento de reabrir essa

discussão e agradeceu a presença e paciência de todos. Em seguida, mencionou que não seria possível continuar mudando a pauta constantemente ou discutir em comitês que

não correspondiam ao assunto, como o GT de zeladoria. Ele ainda ressaltou que, embora o modelo adotado não fosse ideal, era o melhor possível dentro das limitações do momento.

Por fim, agradeceu a todos pela presença e sendo o que havia para o momento, deu-se por encerrada a reunião às 16:30min.

Encaminhamentos

N. Descrição dos encaminhamentos Data

01 Busca Ativa: Armênia, Praça do Patriarca, e, Minhocão.

11/02/2025

18/02/2025

18/03/2025